

Por que o País precisa...

por Getúlio Bittencourt
de Montevidéu
(Continuação da 1ª página)

Mas existem difíceis obstáculos diante do governo brasileiro neste segundo semestre. Assessores do presidente receberam na capital uruguaia, terça-feira passada, a informação de que a inflação prevista para este mês subiria para algo em torno de 11,5 a 12%. Dados mais recentes, apurados ontem, baixaram o número estimado pelo Planalto para 10,5%.

Em todo caso, superou-se o patamar dos dois dígitos e ultrapassou-se muito, como, aliás, já se esperava, os 8,9% de inflação em julho. O governo Sarney assustou-se também com as perspectivas da balança comercial deste mês. Na terça-feira, o primeiro escalão em torno do presidente trabalhava com a desastrosa perspectiva de um

saldo comercial, no degrau mais pessimista, em torno de US\$ 800 milhões.

"Não será tão baixo", garantiu formalmente a este jornal o superintendente da Carteira de Comércio Exterior (Cacec), do Banco do Brasil, Marcos Viana. "Vamos chegar pelo menos a US\$ 900 milhões em agosto", acrescentou. Trata-se de uma expressiva queda em relação ao US\$ 1,25 bilhão de superávit no mês anterior. E esperava-se mesmo uma queda.

Marcos Vianna lembra que "no mesmo período do ano passado houve uma queda idêntica". Acontece que já terminou a exportação de soja e os embarques de laranja, que deveriam compensar essa perda, estão atrasados. "De qualquer modo", diz o diretor da Cacec, "nossa previsão de US\$ 12 bilhões de superávit neste ano continua in-

tacta. Vamos exportar para isso US\$ 1,05 bilhão por mês nos últimos cinco meses do ano."

Além dessas questões sazonais, contudo, as exportações passam por um desvio: a fórmula da correção monetária. Com a mudança na curva da inflação, as aplicações em papéis pós-fixados ficam menos rentáveis, e muito dinheiro deslocou-se para o dólar no paralelo. A diferença entre o paralelo e o oficial saltou para 38%. Sabe-se que, assim, as exportações subfaturadas crescem, porque os pequenos exportadores podem ganhar duplamente — com o câmbio e com a ausência de imposto.

Nenhuma dessas perturbações ocasionais afeta o otimismo do governo Sarney. "O Brasil é muito grande e muito rico. O Brasil vai dar certo", promete o ministro da Educação, Marco Maciel.

GAZETA DA CÂMARA

Brasil Por que o País precisa de tempo

por Getúlio Bittencourt
de Montevidéu

A estratégia brasileira para negociar com o Fundo Monetário Internacional (FMI) está claramente delineada. O governo José Sarney pretende continuar com sua retórica moderada, mas firme, na defesa de teses como a necessidade de crescimento econômico e de liberdade de comércio para que a dívida externa seja paga. Fará isso enquanto for possível.

"Nós acreditamos que o manual ortodoxo e recessivo do FMI está errado", raciocina o assessor do presidente para assuntos externos, embaixador Rubens Ricúpero. "Não estamos seguindo o manual e no entanto a economia brasileira vem produzindo superávits comerciais."

A esperança brasileira é de que algumas normas mais rígidas do manual do FMI caiam, na medida em que sua inviabilidade as torne suprimíveis. Seria necessário um desempenho bastante razoável da economia nacional, por um prazo médio, para convencer os credores de que se pode ser eficiente à margem das regras do FMI.

"O que acontece é que os credores estão escaldados com os países em desenvolvimento, com promessas que não se concretizam", observa o secretário particular do presidente, Jorge Murad. "Eles precisam de um tempo para constatar que o governo Sarney vai sanear a economia, embora estabeleça táticas novas que dispensam a recessão. Uma vez que isso fique evidente, a conversa será mais razoável", acredita Murad.

O principal temor dos credores, conforme registra-se no Palácio do Planalto, é que o governo Sarney, tendo uma importante eleição pela frente em novembro, e outra, ainda mais decisiva, no próximo ano, possivelmente relaxe os controles da economia "com o viés populista dos latinos". O embaixador Ricúpero lembra, com bom humor, que o déficit orçamentário dos Estados Unidos tem hoje o dobro da dívida externa brasileira. O mundo anglo-saxônico aderiu.

(Continua na página 6)

No entanto, o presidente